

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuinte precisa declarar consórcio 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Os grandes obstáculos políticos para o ajuste fiscal (Artigo) 4

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Veja qual pode ser o valor do teto do INSS em 2025 (inss) 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

As distorções da reforma tributária 7

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em defesa do Comitê Gestor do IBS (Artigo) 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor de imóveis busca alterações no projeto que regulamenta a reforma 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

São Paulo corta benefício fiscal de 23 produtos 15

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com reforma, cerveja e refrigerante vão ter cobrança de novo imposto 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Liberação de verba ao RS exige "cuidado e zelo", afirma Zeina Latif 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Prejuízos com enchentes passarão de R\$ 100 bilhões 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

O fator fiscal como influência para a Selic (Artigo) 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Empresas têm perdas bilionárias com paralisações no setor público 24

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
ECONOMIA

Mercado vê Tesouro Selic como opção de reserva para emergências 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Taxas do Tesouro Direto batem recordes, mas futuro é incerto 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economistas destacam valor de fiscal saudável 30

Segunda-Feira, 13 de Maio de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Perdas bilionárias e mais inflação com a tragédia no Sul (Editorial) 32

Contribuinte precisa declarar consórcio

FERNANDA STRICKLAND

Os consórcios são a forma de investimento escolhida por cerca de 10,4 milhões de pessoas, segundo o último levantamento da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio (ABAC). A modalidade é utilizada para compras que vão desde imóveis até eletroeletrônicos, e a declaração no Imposto de Renda é obrigatória para contratos com valor final superior a R\$ 5 mil, mesmo antes da contemplação.

Este ano, o Imposto de Renda deve ser preenchido até 31 de maio e aqueles que não enviarem antes do prazo podem acabar pagando multa. De acordo com Anna Karoline Maia, especialista em contabilidade da Klubi, única fintech autorizada pelo Banco Central a operar com consórcios no país "declarar um consórcio é importante para que, no momento da conquista, você tenha uma comprovação de como adquiriu aquele bem para a **Receita Federal**. Mas não precisa se preocupar: quem tem um consórcio não paga imposto", explica.

De acordo com a especialista, declarar um consórcio é simples. Na declaração, que deve ser gerada no site da **Receita Federal**, basta selecionar a opção 05, referente a contratos não contemplados, na ficha "Bens e Direitos". Nesse campo, o usuário deve preencher o nome da administradora e detalhes sobre o contrato, como valor, prazo e bem a ser adquirido.

Caso tenha sido contratado em 2023 ou antes, também precisa detalhar as parcelas que foram pagas neste período. "O ideal é pedir à administradora do consórcio um informe de pagamentos, que vai ter todos os detalhes necessários para preencher os campos corretamente", indica Anna.

O consorciado que já foi contemplado com sua carta de crédito deve ir no mesmo campo de "Bens e Direitos" e preencher os dados de pagamento realizados no ano até quitar o valor. "É importante dar detalhes sobre como você chegou à conquista. Em caso de ter adquirido por meio do sorteio ou do lance, indique que foi contemplado e seguirá pagando as parcelas ou o valor do lance que ofereceu à administradora", explica.

É preciso inserir também os dados do bem adquirido, abrindo nova ficha em "Bens e Direitos" e fornecendo as informações solicitadas. Os códigos são: 01 para bens imóveis, como casa, apartamento e terrenos e 02 para bens móveis, como carro, moto e caminhão.

Ainda segundo dados da ABAC, no último ano, o sistema de consórcios comercializou de 4,18 milhões de cotas, envolvendo R\$ 316,70 bilhões em negócios. Já a Kantar, em seu mais recente levantamento, aponta que entre os principais motivos para se fazer um consórcio, as principais motivações apontadas são: "O consórcio é um jeito de guardar dinheiro" e "As parcelas eram compatíveis com a minha renda e parcelas que cabiam no meu bolso".

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Os grandes obstáculos políticos para o ajuste fiscal (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda.

Frases como "o setor privado não aguenta mais o peso do Estado" e "o governo tem que cortar despesas, não aumentar a carga tributária" são dogmas entre muitos analistas, empresários, políticos e economistas. Em parte, são verdadeiras, mas precisam ser muito qualificadas.

A arrecadação bruta do governo central, considerando apenas a parcela administrada pela **Receita Federal** e pela **Previdência Social** (excluídas receitas como concessões, privatizações, dividendos e royalties), caiu de 20,3% do **PIB**, na média 2005-2008, para aproximadamente 18,3% do **PIB** na média de 2019-2022, ou seja, redução de 2% do **PIB**.

Isso foi fruto principalmente de renúncias fiscais que privilegiam setores com maior poder de pressão em Brasília, como, por exemplo, aumento exagerado do limite de receita para enquadramento no Simples Nacional, regimes diferenciados para profissionais liberais, pejetização, desonerações tributárias setoriais, e assim vai.

O poder judiciário também concorreu para essa queda como, por exemplo, com a decisão do STF, em 2017, que excluiu, com efeito retroativo, o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. Recuperar pelo menos parte dessa perda é indispensável, seja para o equilíbrio fiscal, seja para maior equidade tributária.

Dito isso, é preciso reconhecer a necessidade de cortes, ou pelo menos de freios, na evolução da despesa primária. Mas, quando se analisa o comportamento desagregado das contas, percebe-se que o que subiu substancialmente como proporção do **PIB**, nos últimos 20 anos (2004-2023), foram os benefícios com a **Previdência Social**, de 6,4% para 8,3%, o Bolsa Família, de 0,3% para 1,6%, e o Benefício da Prestação Continuada (BPC), de 0,4% para 0,9%. Ou seja, no total subiram 3,7% do **PIB**. Já as demais despesas primárias somadas aumentaram apenas 0,4% do **PIB**, no mesmo período.

Portanto, não há ajuste fiscal possível para estabilizar a relação dívida pública/**PIB**, sem atuar tanto na

recuperação das bases tributárias perdidas ao longo do tempo, como sem frear o crescimento contínuo dos benefícios previdenciários e de transferências de renda.

Para isso, seriam necessárias medidas tais como mudar a fórmula de valorização do salário mínimo (SM), que deveria levar em conta o crescimento do **PIB** per capita, não do total, desvincular o piso de benefícios da previdência do SM, atrelar a idade mínima para aposentadoria à evolução da expectativa de sobrevida dos idosos, rever as regras de eletividade e reajuste para o BPC e adotar outros critérios, diferentes da vinculação às receitas, para proteger as dotações orçamentárias em educação e saúde.

As resistências políticas a medidas como as aqui exemplificadas são enormes, pouco importando a matiz ideológica do Congresso ou do Executivo.

Sem resolver esse impasse, o País continuará com juros reais elevados e com baixo crescimento.

Claudio Adilson Gonzalez, Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Veja qual pode ser o valor do teto do INSS em 2025 (inss)

No início de cada ano, aposentados e pensionistas veem seus benefícios previdenciários serem reajustados pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). A correção é feita pela **inflação** medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O piso das aposentadorias é vinculado ao salário mínimo e têm reajuste real, acima da **inflação**. Projeções da Genial Investimentos apontam que o mínimo pode chegar a R\$ 1.508,66 em 2025, enquanto o teto dos benefícios pode chegar a R\$ 8.092,54.

As projeções dos especialistas são diferentes das divulgadas pelo governo, que prevê um salário mínimo de R\$ 1.502 no próximo ano. Os valores foram calculados a pedido da reportagem. O reajuste é dado para minimizar os impactos da **inflação** na renda dos beneficiários.

Os beneficiários receberão o reajuste na competência de janeiro, ou seja, nos valores recebidos no fim do primeiro mês do ano e no início de fevereiro de 2025.

Na data, aposentados e pensionistas poderão verificar o novo salário por meio do site e do aplicativo **Meu INSS**. Após o login, deve clicar no serviço "Extrato de Pagamento", onde poderá verificar o valor e a data de recebimento.

Só receberá o valor completo do reajuste quem já recebia o benefício em janeiro de 2024. Aqueles que passaram a receber o salário neste ano, ganhará o reajuste conforme a **inflação** calculada nos meses correspondentes.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O reajuste é calculado usando a **inflação** acumulada durante o último ano usando o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que verifica a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 a 5 salários mínimos.

Nas projeções da Genial Investimentos, a **inflação** acumulada deve ser de 3,94% neste ano, enquanto a

SPE (Secretaria de Política Econômica) do Ministério da Fazenda projeta um acúmulo de 3,25%.

Estes grupos são mais impactados pelas variações dos preços, pois tendem a gastar seu rendimento em transporte, alimentação e medicamentos, segundo o IBGE.

Apesar de todos os beneficiários receberem o reajuste, o impacto na renda será maior para aqueles que recebem o valor mínimo. Desde a aprovação de novas diretrizes para a valorização do salário mínimo em 2023, a remuneração passa a receber um aumento que soma a **inflação** e o crescimento da economia.

Na prática, o aumento se traduz na soma do INPC acumulado do ano anterior e a variação do **PIB** (Produto Interno Bruto) de dois anos atrás. Quem recebe mais do que o valor mínimo do benefício, terá o salário corrigido apenas segundo o crescimento da **inflação** no ano anterior.

As projeções utilizam cálculos da Warren Investimentos, que divergem das projeções macroeconômicas atuais do governo. Enquanto a Warren prevê um acúmulo anual do INPC de 3,70%, o Ministério da Fazenda prevê a taxa em 3,25%.

A configuração atual dos reajustes é criticada por aposentados e pensionistas, sobretudo aqueles que recebem valores acima do salário mínimo. Segundo o Sindinapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical), o reajuste não é suficiente para cobrir o ônus causado pela variação de preços, e ano a ano, aposentados entram na faixa do salário mínimo para receber maior correção.

Em entrevista à Folha, o presidente do sindicato, Milton Cavalo, destacou que as faixas mais atingidas pela defasagem dos reajustes são aquelas que ganham um valor próximo do salário mínimo, mas não recebem a correção do piso.

Há propostas legislativas inspiradas pela insatisfação dos beneficiários: sindicatos e centrais sindicais apoiam o projeto de lei 1.468, que prevê a criação de um adicional de 5% nas aposentadorias e pensões do **INSS** a cada cinco anos.

Redigida pelo deputado Pompeu de Mattos (PDT-RS), a proposta modifica a lei 8.213, de 1996, que trata dos planos de benefícios da **Previdência Social**. O projeto garantiria o aumento de 5% a cada quinquênio (cinco anos) para todos os beneficiários do **INSS**, incluindo aquele que recebem o salário mínimo.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/veja-qual-pode-ser-o-valor-do-teto-do-inss-em-2025.shtml>

As distorções da reforma tributária

» **RAFAELA GONÇALVES**

Com a entrega do projeto de regulamentação da **reforma tributária**, foi aberta a temporada de lobbies. Diversos setores da economia começaram uma peregrinação pelos corredores da Câmara dos Deputados e do Senado na tentativa de entrar no regime de exceções, para obter desconto em cima da alíquota base do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Especialistas alertam que o aumento do número de exceções pode acabar distorcendo o projeto.

Um eventual aumento da lista de produtos ou serviços isentos, por exemplo, é um risco para a alta da carga para outros setores.

Segundo o doutor em direito tributário Fábio Luiz Gomes, alguém vai ter que pagar a conta.

"As isenções tributárias, ou a instituição de regimes específicos podem nos colocar em uma situação de fragilidade e tornar o nosso sistema complexo, portanto, quanto menos regimes específicos melhor, lógico, não excluindo aqueles sistemas específicos que sejam realmente imprescindíveis ao sistema brasileiro", afirma.

As discussões sobre o tema foram travadas na última semana, devido às emendas emergenciais destinadas para os desastres no Rio Grande do Sul. O próximo passo será a análise do texto pelas comissões, grupos de trabalho que poderão sugerir alterações ao projeto, onde ganhará força a queda de braço.

Vão ser exigidas pelo menos três leis complementares para regulamentar todos os novos temas.

Só a primeira delas - a Lei Geral do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), cujo projeto já foi entregue pelo Executivo ao Legislativo - tem 306 páginas e cerca de 500 artigos.

As estimativas preveem alíquota de 26,5%, mas pode variar entre 25,7% e 27,3%.

Fora isso, um outro projeto vai tratar da atuação do Comitê Gestor do IBS e da distribuição das receitas do IBS entre os entes federativos, conforme informam o Ministério da Fazenda e a Câmara dos Deputados. O governo planejava entregar esse projeto na primeira quinzena de maio.

Para o advogado tributarista Lucas Ribeiro, CEO da ROIT, empresa de inteligência artificial para área tributária e financeira, está sendo propagada uma "simplicidade" que, na prática, mostra-se impossível de ser concretizada antes de 2033, quando se encerra o período de transição. "O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse à imprensa que o novo sistema não vai exigir nada mais do que apenas a simples emissão de nota fiscal", lembra.

"Ora, essa simplificação, mesmo que fosse dessa forma, só começará a valer em 1º de janeiro de 2033. Mas, se fosse simples desse jeito, por que pelo menos três projetos de lei para regulamentar, com centenas de páginas e centenas de artigos?", questiona Ribeiro.

Além disso, na Câmara e no Senado, os textos seguramente vão receber emendas, a acrescentar ainda mais exceções e particularidades.

"Serão centenas de novas regras a serem interpretadas e aplicadas por quem, pelo Fisco sozinho? Como se fosse bem tranquilo combinar mais de 2 bilhões de cenários tributários possíveis para emitir uma nota hoje, somados às centenas de novas regras que estão por vir", avalia.

Alimentos na mira A isenção da cesta básica acabou se tornando um dos pontos mais polêmicos do novo regime tributário e alvo de embate direto com a indústria de alimentos. "Certamente a cesta básica será uma das principais discussões, especialmente pela exclusão das carnes da isenção de 100%", destacou a advogada Mariana Ferreira, especialista em direito tributário do Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados.

"O creditamento do IBS e da CBS também deverá ser questionado, em virtude da necessidade de comprovação do pagamento na etapa anterior. Os bens de uso e consumo que não gerarão direito de crédito, como plano de saúde, educação, seguros, também têm um forte apelo das empresas para ser revisto", avaliou.

O governo sugeriu imposto zero para 15 produtos da cesta básica, como arroz, feijão, farinha, leite, açúcar e margarina. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) já afirmou que vai lutar para aumentar o número de produtos isentos. Outra lista teria redução de 60%, incluindo carnes bovinas, suína e de peixe e sal. E uma terceira, com "artigos de luxo", teria alíquota

normal. O imposto pago voltaria parcialmente para as famílias de baixa renda com renda per capita de até meio salário mínimo, o chamado "cashback".

A bancada ruralista se posicionou contra o mecanismo de desconto proposto pelo governo e sinalizou que tentará reverter o dispositivo.

"Reforçamos nossa posição sobre a desoneração da Cesta Básica, sem cashback, para famílias que necessitam de acesso à comida Euro R\$ 5,556 Comercial, venda na sexta-feira CDB 10,39% Prefixado 30 dias (ao ano) Salário mínimo R\$ 1.412 **Inflação** IPCA do IBGE (em %) Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Dólar Na sexta-feira Últimos R\$ 5,158 (+0,3%) 6/mayo 5,074 7/mayo 5,067 8/mayo 5,091 9/mayo 5,142 Ao ano CDI 10,40% Bolsas Na sexta-feira 0,46% São Paulo Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 7/5 8/5 9/5 10/5 128.465 127.599 0,32% Nova York barata e de qualidade, como medida urgente e necessária para combater a **inflação** de alimentos", destaca a FPA, em nota.

Difícil aplicação Na visão de tributaristas, o cashback, destinado às famílias de baixa renda, é de difícil aplicação na prática, da maneira como foi apresentado. O mecanismo prevê a devolução de parte dos **impostos** pagos por famílias de baixa renda.

Terão direito à devolução famílias que ganham até meio salário mínimo por pessoa, atualmente R\$ 706, incluídas no Cadastro Único do governo federal (CadÚnico).

Entre os bens e serviços que contarão com o mecanismo estão a energia elétrica, água e esgoto, com proposta de devolução de até 50% dos **tributos**. No caso do gás de cozinha, o retorno pode chegar a 100%, e sobre os demais produtos o retorno será de 20%. Os únicos produtos que não contarão com o cashback são aqueles sujeitos ao Imposto Seletivo.

"O sistema é interessante, entretanto o problema será fazer com que ele funcione na prática.

A previsão é que seja utilizada alguma base dos programas sociais já existentes tendo, ainda, a complexidade de como será realizado o controle e pagamento do cashback", pondera Francisco Nogueira, sócio-fundador do escritório Gasparini, Nogueira de Lima e Barbosa Advogados.

Há dúvidas sobre o funcionamento do cadastro das pessoas de baixa renda e como e em quanto tempo essa restituição retornará ao contribuinte. "Além disso, deve ser levado em consideração que em muitos

locais a informalidade na ponta do consumidor ainda é grande, impossibilitando a aplicação do cashback no mundo real", completa.

Um outro ponto que deve gerar grande debate será a gestão integrada do IBS que será feita por um Comitê Gestor, em linhas gerais, são 27 unidades da Federação e 5.565 municípios, todos na busca de participar dessa gestão. "Existem muitos temas e detalhes que deverão ser discutidos e que, certamente, mobilizarão empresários, entidades de classe, profissionais especializados, governo e parlamentares", diz Nogueira.

Planos de saúde Outro burburinho na disputa diz respeito aos planos de saúde.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, dedicou os últimos dias para rebater críticas de que os seguros ficarão mais caros com o novo regime tributário.

As novas regras vêm sendo alvo de associações setoriais, porque a regra acabaria com a possibilidade de empresas que contratam estes serviços gerarem créditos para abater **tributos** - o que poderia desestimular a contratação.

Os planos de saúde terão desconto de 60% do IVA, assim, seu imposto ficaria em 10,6% sobre sua margem, que é a subtração entre o valor cobrado pelos que contratam os serviços e as cifras gastas com hospitais, laboratórios, medicamentos e outros insumos.

No entanto, a norma impede que as empresas deduzam do cálculo do IVA os gastos com o plano de saúde corporativo dos funcionários.

O setor de seguros alega que a regulamentação impede que os empregadores aproveitem os créditos que serão gerados na aquisição de planos para os seus funcionários, o que significa que essas empresas não poderão abater o IVA pago na etapa anterior da cadeia.

No entendimento das seguradoras, esse mecanismo pode desestimular a contratação do produto como benefício aos funcionários. Elas ameaçam acabar com os planos de saúde, caso a norma seja mantida.

Os funcionários terão a possibilidade de contratar por fora, no entanto o valor deve ser salgado.

"Apareceram notícias completamente equivocadas, não tem nenhum efeito em relação à tributação atual. Vai ficar 1% para cima ou para baixo", rebateu Appy, que já definiu a questão como "tempestade em copo

d"água".

"Certamente a cesta básica será uma das principais discussões, especialmente pela exclusão das carnes da isenção de 100%" Mariana Ferreira, advogada especialista em direito tributário

"As isenções tributárias, ou a instituição de regimes específicos podem nos colocar em uma situação de fragilidade e tornar o nosso sistema complexo", Fábio Luiz Gomes, doutor em direito tributário

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Lucas Pacifico

Regimes diferenciados

Aumento da lista de produtos ou serviços isentos é um risco para a alta da carga para outros setores, alertam especialistas



CESTA BÁSICA

- O governo sugeriu imposto zero para 15 produtos da cesta básica, como arroz, feijão, farinha, leite, açúcar e margarina.
- Outra lista teria redução de 60%, incluindo carnes bovinas, suína e de peixe, e sal. Uma terceira, com "artigos de luxo", teria alíquota normal.
- A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) quer aumentar o número de produtos na lista de isenção, para que as carnes tenham imposto zero.

CASHBACK

- O mecanismo prevê a devolução de parte dos impostos pagos por famílias de baixa renda.
- Terão direito à devolução famílias que ganham até meio salário mínimo por pessoa, atualmente R\$ 706, incluídas no CadÚnico.

As devoluções serão de:

100% da CBS para aquisição de botijão de gás (13 kg).

50% da CBS para as contas de luz, de água e esgoto e de gás encanado.

20% da CBS e do IBS sobre os demais produtos.

- Tributaristas alertam para a difícil execução do recurso, que ainda não tem prevista regulações para a aplicação na prática.

PLANOS DE SAÚDE

- Os planos de saúde terão desconto de 60% do IVA, assim, seu imposto ficaria em 10,6% sobre sua margem, que é a subtração entre o valor cobrado pelos que contratam os serviços e as cifras gastas com hospitais, laboratórios, medicamentos e outros insumos.
- A norma impede que as empresas deduzam do cálculo do IVA os gastos com o plano de saúde corporativo dos funcionários.
- No entendimento das seguradoras, esse mecanismo pode desestimular a contratação do produto como benefício aos funcionários.

Fontes: PLP 68/2024 e tributaristas.

OUTRAS EXCEÇÕES



Produtos de Tecnologia e Saúde: Dispositivos médicos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual têm alíquotas reduzidas a zero. Medicamentos também são beneficiados por alíquotas menores, incentivando o acesso a tratamentos essenciais.



Transporte e Acessibilidade: Veículos para pessoas com deficiência ou com transtorno do espectro autista, assim como automóveis de passageiros adquiridos por motoristas profissionais para uso como táxi, têm alíquotas reduzidas a zero. Serviços de transporte público coletivo de passageiros também terão isenção das alíquotas.



Reabilitação Urbana: Projetos de reabilitação urbana em zonas históricas e áreas críticas de recuperação urbanística têm redução de 60% nas alíquotas para estimular a revitalização de áreas degradadas.



Sector de Reciclagem: Serviços e bens relacionados à reciclagem, reutilização e logística reversa vendidos por coletores incentivados, suas cooperativas e associações de cooperativas são favorecidos com créditos presumidos, apoiando práticas ambientalmente sustentáveis.



Profissões: O governo listou 18 profissões liberais para terem redução de 30% no recolhimento de impostos sobre suas atividades, entre elas advogados, economistas, profissionais de educação física, veterinários e engenheiros agrônomos.



Cultura: O projeto também prevê redução de 60% para serviços e licenciamentos destinados a produções nacionais artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais.

Em defesa do Comitê Gestor do IBS (Artigo)

Maílson da Nóbrega

Maílson da Nóbrega SÓCIO DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA, FOI MINISTRO DA FAZENDA

O Comitê Gestor do Imposto de Bens e Serviços (IBS) é fundamental para implementar a reforma tributária.

A ele caberá "arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e municípios".

Ao contrário do que se diz, o comitê não é ameaça à Federação.

A exemplo do ocorrido em federações que adotaram o IVA, a reforma implicará a cessão de parte da autonomia tributária dos entes federados, em benefício de um imposto eficiente, gerido por seus representantes e que a todos beneficia.

A Alemanha, uma das federações mais fortes do mundo, é um desses casos.

A reforma tributária incorporou o compromisso de manter, por alguns anos, a arrecadação anterior dos Estados e municípios. Nas tentativas anteriores, as perdas e ganhos inviabilizavam a mudança. Os governos subnacionais que perdiam se aglutinavam em uma coalizão de veto que impedia sua aprovação.

No sistema atual, dadas as incidências em cascata, é impossível desonerar as exportações.

A devolução de créditos leva anos e depende da boa vontade do Fisco estadual.

A reforma permitirá a desoneração integral e a devolução dos créditos acumulados.

O seu respectivo valor não será distribuído aos governos subnacionais, o que garantirá sua rápida devolução ao exportador.

No novo sistema, prevalecerá o princípio do destino, mesmo se a arrecadação ocorrer na origem da cadeia produtiva.

Sem o comitê, nenhuma dessas novidades positivas poderá ser implementada. Na verdade, sua tarefa será semelhante à de um banco que recebe os tributos e os transfere aos entes federados. No caso do IBS, a transferência será feita ao comitê.

Os críticos do comitê não perceberam suas inequívocas vantagens. Preferem apontar uma suposta intromissão nas esferas de poder.

Acham que teria poderes discricionários na distribuição dos recursos, mas ele não terá como beneficiar certos Estados e municípios, em detrimento dos demais.

Busca-se demonizar a ideia de um logaritmo para distribuir os recursos. Ironicamente, perguntam se o logaritmo poderia resolver questões administrativas confiadas ao comitê. Segundo me disse importante membro do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), que formulou o projeto da reforma, não se prevê o uso desse logaritmo. A distribuição dos recursos se fará pela aplicação das regras da reforma, que serão transformadas em fórmulas matemáticas simples. E mesmo que o logaritmo venha a ser necessário, qual seria o problema de utilizar um instrumento de inteligência artificial para facilitar a correta distribuição dos recursos?

Rejeita-se que o comitê edite o regulamento, uniformize as normas do imposto e decida o contencioso, mas sem isso tais tarefas caberiam a cada um dos 27 Estados e cerca de 5.600 municípios. Isso reinstituiria a situação que provocou o caos da tributação do consumo, que a reforma deverá eliminar.

Não haveria os ganhos enormes de eficiência que elevarão o potencial de crescimento da economia. Além disso, o órgão máximo do comitê terá participação paritária dos Estados e municípios.

Há outros exageros nas críticas. Por exemplo, diz-se que o comitê substituirá os chefes dos governos estaduais e municipais, quando suas atividades se resumirão ao campo da implementação da reforma, sem qualquer interferência nos poderes dos entes federados. Essa crítica poderia ter valido durante a apreciação da reforma, mas tal temor não esteve presente nas discussões entre os membros do Congresso, que a aprovaram.

Os autores dos estudos que resultaram na PEC 45, na reforma e no projeto de regulamentação, são tidos como despreparados para a tarefa, por nunca terem sentado nas cadeiras de órgãos fazendários dos Estados e municípios.

Na verdade, os estudos contaram com a participação

de especialistas que passaram pelo Fisco estadual e federal.

Mais, se a experiência de campo fosse um pré-requisito para elaborar e aprovar propostas de leis e regulamentos, o Congresso deveria ter um número incalculável de parlamentares.

Não é assim em lugar algum.

Muitos dos avanços institucionais dos últimos séculos se basearam em estudos e ideias de intelectuais que nunca exerceram cargos no governo. É o caso de Adam Smith, pai da economia moderna, filósofo e professor. No fim da vida, ganhou emprego na alfândega da Escócia, mas não foi isso que assegurou sua genialidade.

A reforma contou com a participação de muitos, inclusive dos que conseguiram inserir seus próprios privilégios na emenda constitucional. A regulamentação não poderá negar a influência dos que têm objeções legítimas ao seu texto. Será preciso ponderar todos os prós e contras do Comitê Gestor, mas isso não pode ser feito de forma desavisada, como tem acontecido. Vale repetir, sem esse órgão a reforma não se tornará realidade.

Não podemos, pois, correr o risco de retornar ao caos do sistema atual, nem sonhar que um ICMS simplificado seria a saída. A saída é aprovar o comitê.

Sem o órgão a **reforma tributária** não se tornará realidade.

Não podemos, pois, correr o risco de retornar ao caos do sistema atual

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setor de imóveis busca alterações no projeto que regulamenta a reforma



Secretário especial Bernard Appy: algumas preocupações apresentadas pelo setor imobiliário talvez sejam pertinentes, outras não

Beatriz Olivon, Lu Aiko Otta e Jéssica Sant"Ana De São Paulo

O governo dialoga com o setor imobiliário sobre possíveis alterações no Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68, que regulamenta a **reforma tributária** aprovada no ano passado. O texto cria um regime específico para as empresas, mas há pontos de preocupação. Tributaristas ouvidos pelo Valor veem risco de aumento da carga, a depender de como funcionará, na prática, o sistema de débitos e créditos instituído pela reforma.

"Eles nos trouxeram algumas preocupações e pedimos para detalharem", disse ao Valor o secretário especial da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, após reunir-se com o setor. O encontro foi no dia 2. "Acho que algumas talvez sejam pertinentes, outras não." Um dos pontos de diálogo, afirmou o secretário, é o "reduzidor social" de R\$ 100 mil, incluído no texto para criar progressividade na tributação de imóveis, reduzindo a taxa sobre as unidades de valor mais baixo. O PLP não estabelece formas de corrigir esse valor.

Avalia-se se seria melhor fazer correções periódicas ou estabelecer alguma forma de indexação. "A bola está com o Congresso Nacional", disse Appy, referindo-se ao fato que o PLP já está em tramitação. "Mas se tiver algum ajuste que faça sentido, a gente não teria problema de levar conjuntamente com eles alguma proposta de mudança." Os pontos em que não houver acordo serão discutidos diretamente com o Legislativo. A Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** (Sert) informou na quinta-feira que aguarda contribuições do setor para prosseguir com o diálogo.

Entre advogados tributaristas, há a preocupação de que o regime específico acabe levando a aumento de tributação no setor, a depender de como vai funcionar o aproveitamento de créditos. Ele permite alíquota reduzida em 20% em relação à alíquota-padrão da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que é estimada em 26,5%, sendo 17,7% de IBS e 8,8% de CBS. Assim, atividades com imóveis pagariam 21,2% se mantida a alíquota projetada.

"Hoje, o setor imobiliário tem regimes de tributação especiais com alíquotas muito baixas", afirma o advogado Rodrigo Gia-rola, consultor da área tributária do Pinheiro Neto Advogados.

Por outro lado, acrescenta, a **reforma tributária** do consumo deixa claro que a tomada de créditos é ampla. A dificuldade, diz, é prever como vai funcionar na prática. "O setor precisa analisar se a tomada de créditos vai levar à manutenção da carga tributária ou a uma carga mais alta", afirma. "Há risco de pagar mais." Ficam fora da tributação de imóveis pelo IBS e CBS os microempreendedores individuais, integrantes do Simples, pessoas físicas e condomínios edilícios-que podem optar. Há a possibilidade de a pessoa física ser tributada se configurada atividade empresarial, com muitos imóveis de aluguel, por exemplo. Porém, a medida ainda não foi detalhada na regulamentação. "A lei complementar não detalha quantos imóveis ou qual a renda [necessários para ser tributado]", diz Giarola.

Segundo Fernanda Sá Freire, sócia do escritório Machado Meyer, a tendência é haver um aumento de tributação, especialmente porque hoje o setor tem uma tributação baixa. O modelo atual é mais simples do que o proposto pela reforma, destaca a advogada.

Hoje a tributação incide sobre o faturamento e não há sistemática de créditos nem reduzidor social, como previsto na proposta de regulamentação - em que a base de tributação será o valor de referência ou de alienação. Além disso, a construção civil não será contemplada pelo regime específico.

Muitas empresas estão, hoje, sujeitas ao Regime Específico de Tributação (RET) da atividade imobiliária, em que pagam no máximo 4% - reunindo

PIS, Co-fins, IR e CSLL, sem incidir ICMS e ISS. O regime será mantido pelo governo, reduzido a 1,9% e contemplando apenas IR e CSLL, ainda haverá a incidência de IBS e CBS na alíquota reduzida.

Empresas que não estão no RET pagam hoje 3,65% ou 9,25% de PIS e Cofins, a depender se estão no regime cumulativo ou não, mais 25% de IR e 9% de CSLL E, segundo a advogada, as empresas imobiliárias, com exceção de atividade de administração de bens imóveis, que é prestação de serviço típica, não pagam ICMS e ISS.

Marcei Alcades, sócio do escritório Mattos Filho, entende que a redução de 20% ainda pode ser insuficiente e trazer aumento de carga tributária para as operações com imóveis. O advogado destaca que pode haver aumento porque a lógica da alíquota de referência é reunir PIS, Cofins, ICMS e ISS e, hoje, não há incidência dos **tributos** estadual e municipal.

Para a construção civil, que ficou no regime geral, incidirá a alíquota cheia, mas é necessário fazer as contas de créditos. Hoje o setor tem como maior despesa a mão de obra e não pode tomar crédito se são empregados próprios. Com a terceirização, é possível tomar crédito do valor cobrado - 9,25% de PIS e Cofins e até 5% de ISS, total que vai passar a 26,5% com a reforma.

"A tendência é haver um aumento de tributação"
Fernanda Sá Freire

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187871>

São Paulo corta benefício fiscal de 23 produtos



CLAUDIO BELLI/VALOR

Beatriz Olivon De Brasília

O Estado de São Paulo cortou benefícios fiscais de 23 produtos. Preservativos, aviões e equipamentos didáticos, científicos e médico-hospitalares destinados ao Ministério da Educação, por exemplo, perderam a isenção de ICMS. As alterações estão no **Comunicado SRE 06/2024**, publicado no dia 6, após a edição do Decreto nº 68.492/2024, que estabeleceu a prorrogação de incentivos para um total de 40 produtos.

As mudanças já estão em vigor. A alíquota passa de zero, no caso das isenções, para 18%, se não houver tratamento diferenciado. No caso dos preservativos, por exemplo, é de 7%.

Outros itens perderam a redução que tinham na base de cálculo do ICMS. Entre eles, alguns tipos de veículos, cebola, alho e mandioca.

Ao Valor, a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado explicou que analisou todas as desonerações de ICMS contidas em dispositivos da **legislação tributária** paulista com vigência estabelecida até o fim de abril. Houve deliberação favorável para 40 itens, como medicamentos, insumos para cirurgias e produtos hospitalares, por exemplo, e desfavorável à prorrogação de 23.

Para o órgão, estender a vigência nesses 23 casos não demonstrava "alinhamento com as diretrizes de política tributária em vigor", seja considerando as limitadas implicações econômicas e concorrenciais

decorrentes da estrutura de mercado, seja pela baixa efetividade e sobreposição com outros benefícios setoriais existentes, ou mesmo a perda de objeto pela desatualização de algumas das medidas avaliadas.

As alterações pegaram empresas de surpresa, segundo o advogado Marcelo Bolognese, do Bolognese Advogados. "Desde 1998, havia isenção para preservativos. "Era [o benefício fiscal] prorrogado sucessivamente", afirma ele, que atua para empresa do setor que apostava na prorrogação.

O advogado destaca que, além das isenções que deixaram de existir, algumas reduções da base de cálculo foram canceladas. Afeta itens como pedra britada e areia, o que pode encarecer os produtos utilizados na construção civil. O mesmo ocorreu com alho, cebola e mandioca.

Para o advogado, a perda de benefícios fiscais por alguns produtos, como cristal e porcelana, é até compreensível. "Mas em outros casos, como alimentos, parece um deslize", diz. "A própria **reforma tributária** do consumo reduz a zero a tributação para produtos constantes na cesta básica, o que inclui hortaliças, como alho e cebola." O texto da regulamentação da **reforma tributária** enviado pelo governo ao Congresso Nacional incluiu na cesta básica 15 itens que terão alíquota zero do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão cinco **tributos** - entre eles o ICMS. Além desses, outros três produtos também terão alíquota zerada: produtos hortícolas, frutas e ovos.

A retirada dos benefícios fiscais, diz Bolognese, deveria ao menos ser justificada, por meio de uma exposição de motivos. "Embora o Estado possa se valer do instituto da extrafiscalidade por meio do qual pode estimular ou desestimular algum comportamento, aqui parece que quer desestimular a produção de preservativos ou o consumo de alho e cebola." Também perderam a isenção ou redução os seguintes itens: moluscos, pós-larva de camarão, insumos e implementos agrícolas com destino ao Estado de Roraima, reprodutor caprino importado, produtos destinados à manutenção do Gasoduto Brasil-Bolívia, trilhos e locomotivas importados, máquinas e equipamentos de radiofusão, bola de aço, mercadorias destinadas à Fundação Museu da Imagem e do Som,

pratos preparadas por empresas de refeições coletivas, cristal e porcelana, novilho precoce, biodiesel B-100 e veículos militares.

A Secretaria da Fazenda e Planejamento reforça que os itens que não tiverem alíquota específica ou tratamento diferenciado serão tributados com a alíquota geral do ICMS, de 18%. As renúncias constam no detalhamento de gastos tributários incluído no Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita apresentado no Anexo de Metas Fiscais do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025.

"Retirada dos benefícios fiscais deveria ao menos ser justificadá" Marcelo Bolognese

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187871>

Com reforma, cerveja e refrigerante vão ter cobrança de novo imposto

Giuliana Saringer

O imposto seletivo foi criado pela **reforma tributária** e vai incidir sobre produtos e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como cigarros, cerveja, outras bebidas alcólicas e refrigerantes.

As alíquotas de cada um dos produtos serão definidas em lei ordinária. Veja os produtos que terão cobrança imposto seletivo:

A alíquota de imposto cobrada sobre veículos vai variar de acordo com a eficiência energética dele. Na prática, um carro que usa mais materiais reciclados ou tem menor pegada de carbono, por exemplo, vai pagar menor imposto do que um que não tem essas características, segundo Rodrigo Petry Terra, especialista em direito tributário e sócio do escritório Almeida Advogados.

É possível que lista de produtos seja ampliada. Gabriel Caldiron Rezende, sócio da área de **impostos** indiretos do Machado Associados, afirma que apesar de isso não estar expresso no projeto de lei complementar, seria possível ampliar o rol de produtos, inclusive incluindo serviços, sujeitos ao imposto seletivo. Para que isso aconteça, será necessário a aprovação de uma lei complementar.

Gabriel Caldiron Rezende, sócio da área de **impostos** indiretos do Machado Associados

O imposto seletivo começa a valer em 2027. A **reforma tributária** foi aprovada pelo Congresso, que agora precisa avaliar o projeto de lei complementar e definir as regras específicas de cada um dos temas da reforma - inclusive do imposto seletivo.

O imposto seletivo será cobrado apenas uma vez na cadeia. Isto acontece para evitar que haja cobrança do mesmo imposto mais de uma vez, que é o que acontece hoje com o IPI - o imposto é cobrado sobre todos os bens industrializados, então na hora de produzir um refrigerante, há cobrança de IPI sobre o rótulo e depois sobre o produto pronto.

Rodrigo Petry Terra, especialista em direito tributário e sócio do escritório Almeida Advogados

Ainda não dá para saber qual o impacto do imposto

seletivo no bolso do consumidor. Pode haver uma compensação do valor cobrado hoje ou um aumento de preços. Como todo o sistema de tributação vai mudar, pode ser que os produtos continuem com preços parecidos mesmo depois da aplicação do IS - isto porque hoje já existe uma tributação que é mais cara para produtos menos essenciais e mais barata para os mais necessários.

Rodrigo Petry Terra, especialista em direito tributário e sócio do escritório Almeida Advogados

O imposto mais alto não vai, necessariamente, diminuir o consumo. Rezende diz que hoje o gin tem IPI de 19,5% e ICMS de 25% em São Paulo e nem por isso a bebida deixa de ser consumida.

Diego Zacarias dos Santos, gerente executivo da Contabilizei

O valor de imposto cobrado por cada item precisa ser definido. Por enquanto, algumas regras foram estabelecidas, segundo Rezende. São elas:

Regras para as alíquotas precisam ser objetivas. Rezende diz que os critérios de variação devem ser claros para não haver complicações na tributação como existem hoje. Se não houver objetividade, pode haver espaço para discussão, o que é ruim.

Gabriel Caldiron Rezende, sócio da área de **impostos** indiretos do Machado Associados

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/05/13/reforma-tributaria-imposto-seletivo.htm>

Liberação de verba ao RS exige "cuidado e zelo", afirma Zeina Latif



Zeina Latif: "O que não dá é para ficar liberando o recurso sem ter contrapartida de nada, sem projeto bem desenhado do que será feito quando a água baixar"

Lucianne Carneiro

Consultora econômica da Gibraltar Consulting, Zeina Latif defende um "trabalho com cuidado e zelo" do governo na liberação de recursos para a tragédia no Rio Grande do Sul diante da situação fiscal do país. A economista reforça que não há quaisquer questionamentos sobre a necessidade de socorro para a região, mas diz que há nuances e que o governo federal deve ter um planejamento sério para definir até onde vai no socorro e evitar brechas que possam comprometer a agenda fiscal.

Ao fazer um paralelo com a situação na pandemia, em 2020, afirma que o ponto de partida do quadro fiscal hoje é pior que o da época, quando havia a regra do teto fiscal e certa complacência do mercado com o excesso de gastos para enfrentar a crise sanitária.

"Não vai ter saída fácil para soluções de longo prazo. O governo precisa estabelecer até onde pode ir no socorro. Como há risco de mais eventos climáticos como esse, aumenta ainda mais a necessidade desse zelo", diz.

Latif também é a favor da participação do governo do Rio Grande do Sul no financiamento das despesas, especialmente na fase posterior, de reconstrução de infraestrutura, e do setor privado, com foco numa agenda mais ampla de adaptação às mudanças climáticas.

Sobre a possibilidade de pagamento de auxílio

emergencial à população do Rio Grande do Sul, em estudo pelo governo, a economista destaca a importância de um esforço de focalização nos grupos realmente vulneráveis, para evitar os problemas observados na pandemia, e de a iniciativa ter prazo curto, apenas para as necessidades iniciais. Além disso, acredita que governo gaúcho e prefeituras devem comandar a identificação do público alvo. A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: Como articular hoje a necessidade de reconstrução do Rio Grande do Sul e de prevenção a novas catástrofes ambientais com a situação fiscal do Brasil?

Zeina Latif: É claro que não tem nem o que questionar sobre a necessidade de socorro para o Rio Grande do Sul, isso é óbvio. Mas há nuances. Fazendo um paralelo com a situação da pandemia, o ponto de partida já não é bom. Lá atrás, ainda tinha a força da regra do teto fiscal, que era uma regra muito boa, consistente, com credibilidade naquele momento. Era um patamar melhor dos números das contas públicas, da credibilidade do governo e da regra fiscal. Hoje vemos um movimento lento, mas que já se percebe, de erosão de credibilidade na agenda fiscal. Antes eram mais os economistas que viam problemas no arcabouço, mas esta é uma preocupação cada vez mais presente no mercado, que compreende as limitações do desenho do arcabouço fiscal, da capacidade de o ministro [Fernando Haddad] entregar suas metas... Isso está presente mesmo na formação de preços. Há uma sequência de notícias que vão na linha de enfraquecer o regime fiscal, de derrotas, de vetos, de iniciativas... E aí veio a mudança da meta fiscal, que não resolveu o problema: ela continua pouco crível. As metas atuais ainda têm um problema de baixa credibilidade e fica a sensação de que em breve haverá outra mudança, para 2024. A outra coisa é que lá atrás houve uma certa complacência em relação aos excessos de gastos do governo com a pandemia. Houve excesso de gastos, e não é à toa que **inflação** voltou mais rápido no Brasil. Só que naquele momento foi um susto e o mercado foi complacente. A dinâmica é outra hoje, então vejo como um fator de risco. A volatilidade já aumentou, as expectativas inflacionárias melhoraram para o curto prazo, mas pioraram para o médio, tem transição no comando do Banco Central, tem muito ruído... Por isso, acho que exigiria muito mais cuidado do governo.

Valor: De que forma?

Latif: Na hora de liberar recursos, é preciso muito cuidado com concessões, de ampliar muito o leque e de não abrir precedentes. Teremos mais eventos climáticos assim, lamentavelmente. Essa realidade veio para ficar. Então é preciso muito mais cuidado agora com brechas para ampliar gastos e ajudas. É preciso monitorar muito para evitar o risco de esses gastos se expandirem demais... Já vimos alguma movimentação do Congresso Nacional nesse sentido e pode haver pressões. Essa questão de colocar o controle de gastos no debate da política é essencial até para contrabalançar, inclusive, o risco de excesso nos gastos, que existe.

Valor: E como financiar?

Latif: O Brasil precisa se inserir no debate da preparação para a economia verde e para os eventos climáticos, em termos de financiamento. O que precisa ser feito? Construir diques? Tirar pessoas de áreas de risco? Tudo custa. Não vejo condições de o setor público bancar isso sozinho. De alguma forma precisa ter uma conjunção com o setor privado. A discussão lá fora está centrada em duas coisas. Primeiro, uma ação no âmbito das contas públicas para ter um mínimo de margem para lidar com esses eventos e a própria transição para a economia verde. Do lado fiscal, são necessários esforços para dar alguma musculatura para se reagir nessas horas sem maiores consequências. A outra questão é como traçar alternativas, desenhos para trazer o setor privado para participar desses financiamentos. E pelo que vejo ainda estamos distantes nisso. E nosso ponto de partida na situação fiscal é pior que o de outros países e eu vejo isso com preocupação.

Valor: Vê diferenças na abordagem, de acordo com a ajuda?

Latif: Uma coisa é transferir recursos para socorrer pessoas, garantir que elas vão se alimentar, que vão ter saúde. Mas para as cidades se prepararem, para o trabalho de reconstrução e para investimentos é preciso ter algum outro desenho, algum tipo de linha especial de financiamento... Não dá para ser só o governo federal. Na agenda de infraestrutura, na minha opinião, precisa ter o esforço do Rio Grande do Sul, dos municípios e alguma participação do setor privado. Será preciso reconstruir infraestrutura das cidades, casas para as pessoas... E o governo federal não tem recursos para simplesmente fazer transferências nem talvez não seja a coisa mais sábia. É preciso um esforço do governo estadual também, precisa ser uma coisa a várias mãos. O setor público tem que fazer sua parte e pensarem mecanismos para

trazer o setor privado para a reconstrução ampla. E não pode servir aumento de carga tributária. A gente foi fazendo escolhas de gastar mais, de tributar mais... Aí, quando vem um evento como esse, é muito mais difícil, né?

Valor: O que o contexto atual traz de reflexão para a política fiscal?

Latif: A situação atual reforça a necessidade de se fazer uma boa gestão para, nos momentos de crise, ter mais musculatura para agir. Isso precisa ser construído com ajuste fiscal. Hoje, do jeito que foi desenhado o arcabouço, e com todas as vinculações, de saúde, educação, a regra do salário mínimo... Não tem carga tributária que dê conta. Como Marcos Lisboa e Marcos Mendes já destacaram, há inconsistências internas. O arcabouço estabelece um teto para crescimento real das despesas em 2,5% ao ano, mas ao mesmo tempo há as regras de vinculações e de ajuste do salário mínimo. São regras que aumentam a rigidez do gasto e o ritmo automático de crescimento. E qualquer aumento de arrecadação realimenta isso. A conta não fecha. E isso aumenta a urgência de se discutir medidas para o lado das despesas. O grande desafio do Haddad é colocar no debate político a agenda de reformas para contenção do crescimento de gastos. A agenda de economia verde e de mitigação das mudanças climáticas aumenta o desafio. Não será possível criar novos **impostos**, como foi a CPMF para a saúde no passado, para lidar com esses gastos.

Valor: Nesse contexto, como financiar a situação do Rio Grande do Sul e a agenda verde e de mudanças climáticas?

Latif: É necessário um planejamento muito sério em relação a isso, um comitê de crise para discutir cada ponto, até onde o governo federal pode ir e esses desenhos para o longo prazo. Vai ser dinheiro do BNDES? De organismos internacionais? Com aval do Tesouro? Haverá flexibilização de alguma regra para endividamento do Rio Grande do Sul, que já está em recuperação? Como pode atrair o setor privado? Tem que estudar cada detalhe. Quanto mais bem feito for isso, quanto mais estruturado e bem definido, maior vai ser a tolerância dos investidores. Seria uma avaliação de que é preciso alguma paciência, de que vai ter alguma piora de algum indicador, mas, por outro lado, tem um plano bem desenhado para lidar com essa situação. O que não dá é para ficar liberando o recurso sem ter contrapartida de nada, sem projeto bem desenhado do que será feito quando a água baixar e tiver que lidar com a dura realidade. Não vejo como escapar de agenda mais cuidadosa da questão fiscal. Não vai ter saída fácil para soluções de longo prazo. O governo precisa estabelecer até onde

pode ir no socorro. Como há risco de mais eventos climáticos como esse, aumenta ainda mais a necessidade desse zelo.

Valor: Quão importante é a discussão desse limite?

Latif: A questão é sempre delimitar até onde ir, onde tem que ter participação do poder público, onde não tem... A gente precisa logo ter essa conversa. O que vou falar pode ser um pouco duro, mas é até uma forma de a sociedade entender que há decisões que precisam ser tomadas e têm um preço. E tem até um lado didático. O governo federal vai simplesmente emitir mais dívida e gastar? Mas aí que tipo de disciplina vai impor ao governo local? Por que vai se esforçar para fazer ajustes nas suas finanças e outros arranjos se o governo federal está socorrendo tudo? Existe um problema que é a reconstrução. E tem que negociar, não pode ser tudo o governo federal. Senão outros Estados podem falar: eu também estou precisando aqui. É muito importante que o próprio Rio Grande do Sul tenha sua participação nisso. Senão não existe incentivo para governos fazerem boa gestão. É preciso que cada ente da federação participe e isso seja colocado para a sociedade. Até onde pode ir, de que forma.... Não é simplesmente enviar o cheque de Brasília. A gente entende a situação, não pode ser insensível, mas não dá para ser uma saída única de transferência de recursos do governo federal.

Valor: A senhora falou sobre a participação do setor privado no financiamento dessa agenda. Como seria?

Latif: A participação do setor privado nessa agenda precisa ser mais estudada. Cada situação é diferente. Uma estrada destruída, por exemplo. No caso de uma concessão, o contrato pode ser revisto. Em que situações as Parcerias Público-Privadas (PPPs) podem ser uma opção? Será preciso refazer bairros ou cidades inteiras. O que dá para fazer em termos de política habitacional? Algum projeto na linha do Minha Casa Minha Vida? Isso precisa ser estudado e detalhado.

Valor: O governo estuda a possibilidade de auxílio emergencial para a população gaúcha. Como vê a proposta?

Latif: Até pela experiência da pandemia, em que muita gente acabou levando o auxílio de forma equivocada, é preciso um esforço para garantir focalização. Acho que isso deveria ser feito pelo governo gaúcho, para identificar os grupos vulneráveis para auxílios desse tipo. Não é só quem está no Bolsa Família, mas não é algo tão generalizado. É quem está numa atividade informal e que foi impactada... Mesmo que seja com dinheiro federal, essa focalização tem que vir do

governo estadual. As prefeituras também têm papel importante para localizar os mais afetados. E é preciso ser uma coisa de curto prazo, para emergência, para a necessidade inicial, e não algo que fique postergando como o auxílio emergencial.

"Do lado fiscal, são necessários esforços para dar alguma musculatura para se reagir nessas horas sem maiores consequências"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187871?page=1§ion=1>

Prejuízos com enchentes passarão de R\$ 100 bilhões

» **LUIZ CARLOS AZEDO**

Nos últimos anos, estudos sobre mudanças climáticas no Brasil apontaram seus principais impactos no Rio Grande do Sul. A mudança no regime de chuvas já vinha provocando aumento da frequência e intensidade das inundações nas grandes cidades, perda de áreas agricultáveis e picos de temperatura mais intensos, com impactos na agricultura, na saúde da população e na geração de energia elétrica. Os estudos mostravam que haveria aumento de erosão e alagamentos nas áreas costeiras e cheias, inundações e processos erosivos no interior.

A economia está em colapso.

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), somente entre 29 de abril e 5 de maio, as cidades gaúchas registraram mais de R\$ 559,8 milhões em prejuízos financeiros decorrentes dos temporais. Esses dados já estão subestimados, porque a chuva continua. A Grande Porto Alegre continua alagada. Se considerarmos os prejuízos contabilizados nas duas enchentes anteriores, os prejuízos deverão ultrapassar os R\$ 100 bilhões.

No ano passado, os eventos extremos relacionados às mudanças climáticas deixaram um saldo de R\$ 105,4 bilhões em prejuízos financeiros: R\$ 72,6 bilhões no setor privado; R\$ 23,8 bilhões, no público; e R\$ 8,8 milhões, em prejuízos materiais à população.

R\$ 53,7 bilhões foram perdidos nas secas e estiagens, as chuvas representaram R\$ 51,4 bilhões. Outros desastres somaram R\$ 257 milhões.

A destruição agora é muito maior, com a infraestrutura do estado e cidades inteiras arrasadas.

A economia, tanto nas cidades quanto no campo, foi arrasada.

Quando fala em Plano Marshal, o governador Eduardo Leite (PSDB) tem razão. Apesar do forte apoio do governo federal, com socorro das vítimas e manutenção, em condições precárias, da infraestrutura, a reconstrução do estado será longa, difícil e custosa.

O Rio Grande do Sul terá que se reinventar e adotar

novos paradigmas, mais sustentáveis: descarbonização dos sistemas de energia combinada com tecnologias de eletrificação descentralizadas; desenvolvimento urbano inteligente; cidades mais compactas, conectadas e coordenadas; uso sustentável da terra; agricultura combinada com proteção florestal; gestão inteligente da água; e sistemas eficientes de macrodrenagem.

Caso não sejam controladas, segundo os estudos, as mudanças climáticas poderão levar a perdas econômicas de cerca de US\$ 17 trilhões na América do Sul, entre 2021 e 2070, além de causar a perda de 18 milhões de empregos e de 12% do Produto Interno Bruto (**PIB**) da região, o equivalente a US\$ 2 trilhões.

O Brasil tem uma posição privilegiada na questão da energia e pode liderar a transição energética para uma matriz mais limpa e renovável, entretanto, isso de nada adiantará se perder o foco nos impactos do aquecimento global que já estamos vivendo. Rio Grande do Sul é o grande exemplo.

Impacto das mudanças climáticas

Os principais setores atingidos foram:

AGRICULTURA R\$ 53,6 bilhões (50,8%)

PECUÁRIA R\$ 15,3 bilhões (14,5%)

TRANSPORTES R\$ 10,9 bilhões (10,3%)

ABASTECIMENTO DE ÁGUA R\$ 10,8 bilhões (10,2%)

OBRAS DE INFRAESTRUTURA R\$ 3,9 bilhões (3,7%)

HABITAÇÃO R\$ 3,5 bilhões (3,3%)

COMÉRCIOS LOCAIS R\$ 1,7 bilhão (1,7%)

INDÚSTRIA R\$ 1,6 bilhão (1,6%)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

O fator fiscal como influência para a Selic (Artigo)

LUCAS SHARAU

LUCAS SHARAU - Especialista em mercado financeiro e assessor na iHUB Investimentos

A 262ª reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) realizada recentemente cortou a taxa básica de juros do Brasil, a Selic, em 0,25%, estabelecendo-a em 10,50% ao ano. Essa medida tem como objetivo principal fazer com que a **inflação** se aproxime da meta até 2025, ao mesmo tempo em que busca estabilizar a economia e incentivar o emprego.

Contrariando expectativas anteriores, essa decisão diverge da previsão feita na última reunião do comitê, que apontava para um corte de 0,50%. O **comunicado** oficial enfatiza (com "especial ênfase") a cautela na condução da política monetária, indicando que futuros ajustes serão guiados pelo compromisso de controlar a **inflação**. Isso significa que o Copom estará atento aos resultados das políticas fiscais do país e seu impacto na **inflação** ao decidir sobre a taxa de juros.

No cenário global, há incertezas sobre a política monetária nos EUA e a tendência da **inflação** global. Os bancos centrais das principais economias estão focados em manter os preços estáveis, mas enfrentam desafios nos mercados de trabalho, o que exige cautela dos países emergentes.

Internamente, embora a **inflação** geral continue desacelerando, há sinais de que as medidas subjacentes estão acima da meta. O Comitê considera como riscos inflacionários persistentes a pressão global nos preços e a resistência da **inflação** nos serviços. Por outro lado, a desaceleração econômica global e os efeitos mais fortes do que o esperado do aperto monetário global são considerados fatores de baixa.

Houve uma divisão na decisão do Copom, com 5 votos a favor do corte de 0,25% e 4 votos pelo corte de 0,50%. Essas divergências, aliadas à falta de clareza sobre a política monetária brasileira em meio à incerteza global, resultaram em alta volatilidade, especialmente nas taxas de juros de títulos de longo prazo (NTN-Bs e NTN-Fs) que apresentaram altas em suas taxas (quedas em seus preços).

Além disso, pairam no ar preocupações sobre a presidência do Banco Central a partir de 2025 e como as diretrizes de política monetária desse novo presidente podem afetar o mercado. A principal preocupação dos investidores é que as decisões sobre as taxas de juros se baseiem em critérios técnicos, não políticos, para garantir uma política monetária estável e previsível, o que requer a independência do Banco Central.

Em termos práticos, a redução da taxa básica de juros impacta diretamente a vida das pessoas e das empresas. Taxas de juros mais baixas significam custo menor para tomar empréstimos, o que pode estimular o consumo e os investimentos. No entanto, essa medida também pode ter efeitos colaterais, como aumento da **inflação**, valorização do câmbio e até mesmo bolhas em determinados setores da economia.

Um dos pontos mais discutidos é o impacto da decisão do Copom sobre o mercado financeiro. O corte na Selic pode influenciar diretamente o rendimento de investimentos como títulos públicos, fundos de renda fixa e poupança. Para os investidores, é fundamental acompanhar de perto essas mudanças e ajustar suas estratégias conforme necessário para garantir a proteção e o crescimento de seus ativos.

Outro aspecto relevante é o papel da política fiscal no cenário econômico atual. O Copom ressalta a importância de uma política fiscal responsável e comprometida com a sustentabilidade da dívida pública. Uma política fiscal sólida contribui para a estabilidade econômica, reduzindo os riscos e criando um ambiente mais favorável para investimentos. A responsabilidade fiscal é como uma bússola que guia o governo na administração de suas finanças de forma equilibrada e transparente ao longo do tempo.

Significa manter um controle adequado entre o que se arrecada e o que se gasta, além de garantir que a dívida pública seja gerenciada de maneira sustentável. Quando um governo não segue esse princípio, enfrenta uma série de problemas. Os déficits constantes no orçamento, o aumento descontrolado da dívida, a **inflação** em alta e a falta de confiança dos investidores são apenas algumas das consequências.

Sem uma gestão fiscal responsável, o governo coloca em risco a estabilidade econômica e social do país,

dificultando a implementação de políticas eficazes para promover o crescimento e o bem-estar da população. Em meio a todas essas incertezas, uma coisa é certa: a condução da política monetária requer serenidade, moderação e, acima de tudo, compromisso com o objetivo de garantir a estabilidade econômica e o bem-estar da população.

O Copom em sua decisão demonstrou estar ciente dos desafios que se apresentam e está preparado para tomar as medidas necessárias para enfrentá-los da melhor maneira possível. O futuro da economia brasileira dependerá, em grande parte, das decisões tomadas hoje pelo Banco Central e pelo governo.

Site: <https://digital.em.com.br>

Empresas têm perdas bilionárias com paralisações no setor público

CRISTIANE BARBIERI

Empresas de diversos setores têm contabilizado perdas por conta de paralisações por aumento de salários de carreiras ligadas ao setor público. Só no caso da indústria ligada ao setor de petróleo e gás, esse prejuízo já ultrapassa os R\$ 2,250 bilhões. Há pelo menos 15 categorias do funcionalismo atualmente com movimentos em torno de reivindicações.

Com negociações simultâneas com o governo há meses, algumas demandas foram atendidas. Porém, continuam sem acordos funcionários ligados à Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Controladoria- Geral da União (CGU); Tesouro Nacional; Superintendência de Seguros Privados (Susep); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e profissionais da Educação, entre outras áreas. O maior prejuízo vem da paralisação das atividades de campo do Ibama.

Entre os setores da economia mais afetados, o de petróleo e gás contabiliza mais de 120 dias sem renovações e novas licenças das autoridades ambientais - condição necessária para instalação e operação de projetos. Com isso, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), cerca de 40 mil barris de petróleo deixaram de ser produzidos, todos os dias, pelas empresas.

"Uma das nossas associadas teve de devolver uma sonda que veio do exterior porque estava sem licença de produção, e demitiu 20 funcionários, já que o equipamento só poderá voltar daqui a um ano", diz o presidente da entidade, Roberto Ardenghy. "O processo só se agrava à medida que o tempo passa, porque as empresas são obrigadas a postergar decisões de investimentos." Como é impossível aumentar a capacidade de extração diária, afirma Ardenghy, as empresas não terão como compensar a produção que se perdeu.

O impacto não vale só para as companhias: perdem também os governos, com a menor arrecadação de **impostos** (uma vez que deixam de ser recolhidos royalties sobre a extração dos insumos), além dos impactos na balança comercial e no **PIB**.

O movimento no Ibama também tem afetado

atividades de mineração e até a liberação nos portos de veículos importados (mais informações na pág. B2).

Sergio Lazzarini, professor do Insper e especialista em estratégia e organização no setor público, diz que uma boa alternativa às negociações seria avançar em discussões além da recomposição salarial. Incluir nos debates avaliações de desempenho e qualidade de serviços prestados, como determina a Constituição. "Há várias iniciativas que poderiam caminhar no sentido da construção de um Estado mais moderno", diz ele. "Esse poderia ser um bom momento para trazer essa pauta à mesa."

Efeito Sem novas licenças, 40 mil barris de petróleo deixaram de ser produzidos todos os dias

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Mercado vê Tesouro Selic como opção de reserva para emergências



Telão com cotações na B3; no curto prazo, vantagem para renda fixa

LEO GUIMARÃES ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR / COLABOROU ISAAC DE OLIVEIRA, ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

Depois que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anunciou na quarta-feira passada redução de 0,25 ponto percentual para a taxa básica de juros - que passou de 10,75% para 10,5% ao ano -, os analistas voltaram sua atenção para as melhores oportunidades de investimento.

E, nessa avaliação, entre os títulos que apareceram com destaque estão os pós-fixados do Tesouro Selic, com retornos acima da **inflação**.

Com a **inflação** medida pelo IPCA marcando 3,69% em 12 meses até abril e a taxa Selic pagando um pouco acima dos 10%, isso significa um rendimento real de mais de 6% ao ano num título com liquidez diária, ou seja, com a possibilidade de resgatar o investimento a qualquer hora, dependendo da necessidade.

"Se a gente considera o objetivo do investidor como uma reserva de emergência, um caixa ou um tipo de investimento em que ele quer menor volatilidade, é uma rentabilidade atrativa", diz a chefe de economia da Rico, Rachel de Sá, sobre a atual taxa do Tesouro Direto. "É um ganho elevado para um papel que tem a segurança do governo federal. Um título simples para

aportar, e que tem liquidez diária", completa a analista de renda fixa da Nord Investimentos, Maria Luisa Nepomuceno.

Numa outra ponta, os cortes da Selic não devem diminuir também o apetite dos investidores por títulos vinculados ao IPCA. Na segunda semana de maio, o Tesouro IPCA+ com vencimento em 15 de maio de 2035 foi negociado a uma taxa anual de 6,15% ao ano, ante 5,94% no fim de março. "Situação semelhante ocorreu com o título vencendo em agosto de 2026, que alcançou 6,28% ao ano (negociado no final de abril)", relata o analista de renda fixa da Levante Inside Corp, Fabrício Silvestre.

O Tesouro Prefixado com vencimento em 2031 também voltou a aparecer como uma boa oportunidade, apesar de sua característica mais arriscada. Pagando 11,53% ao ano, ele pode entregar um retorno alto para uma **inflação** que deve girar por volta dos 3,5% até 2027, conforme o Boletim Focus. Isso representa um retorno real acima dos 7% em termos anuais. "É muito bom fazer esse congelamento da taxa de rentabilidade. Porém, o ideal é entrar pensando em manter até o vencimento", diz Renan Diego, lembrando da marcação a mercado, quando os ativos são precificados no mercado secundário conforme as condições econômicas do momento.

MARCAÇÃO A MERCADO. É justamente nessa marcação a mercado que os títulos pós-fixados Tesouro Selic se diferenciam dos híbridos (Tesouro IPCA+, que tem uma parte do rendimento atrelado à variação da **inflação** e outra prefixada) e dos papéis do Tesouro Prefixado.

"Enquanto os títulos pós-fixados seguem a rentabilidade da Selic, os prefixados e os híbridos vão seguir o que a gente está vendo na curva de juros. São os investidores precificando investimentos de longo prazo com base nos títulos do Tesouro", explica Rachel de Sá.

Esse movimento, portanto, não é determinado pelo BC, mas pelo mercado de investimento.

Por isso que quedas no curto prazo são diferentes da abertura na curva de juros no longo prazo, com os investidores cobrando mais para adquirir os títulos. O motivo para essa diferença são as incertezas vindas

de fora, e de Brasília também.

A revisão de expectativas sobre corte dos juros dos EUA reforça a previsão de que as taxas, no Brasil, terão de ficar por mais tempo em patamar elevado. Aos olhos do investidor estrangeiro, o País tem de pagar um "prêmio de risco" em relação aos juros americanos para que ele mantenha seu dinheiro aqui.

Juros e dólar mais altos também pressionam a **inflação**, e limitam a margem de manobra do BC na condução da política monetária - motivo pelo qual o mercado espera que o atual ciclo de cortes da Selic ainda termine com uma taxa de dois dígitos neste ano.

Nesse cenário, segundo os especialistas, fica mais arriscado investir nos títulos híbridos e prefixados.

Os movimentos de mercado de abertura e fechamento da curva de juros impactam no valor desses papéis e, se o investidor precisar tirar o dinheiro antes do vencimento, pode fazê-lo num momento de perda.

BOLSA. Opção de maior risco para o investidor, a Bolsa é indicada por especialistas como Andre Fernandes, head de renda variável e sócio da A7 Capital.

Segundo ele, os ativos estão sendo negociados a um "bom preço". "Para quem procura investimento de longo prazo, as ações do Ibovespa estão a preços atrativos", diz.

Já Rodrigo Cohen, analista de investimentos e embaixador da XP, avalia que, considerando o patamar previsto para a Selic, o custo do dinheiro pode pesar no balanço das companhias.

"Se o cenário no Brasil também não estiver favorecendo, com incertezas fiscais, por exemplo, as empresas podem não ter lucro, o que prejudica o seu crescimento.

Então, no curto prazo, não vale investir na Bolsa, mas, sim, fazer caixa."

Previsão Mercado já avalia manutenção de Selic de dois dígitos no fechamento do ano

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Taxas do Tesouro Direto batem recordes, mas futuro é incerto

CRIS ALMEIDA economia@oglobo.com.br

A receita para movimentar o mercado de títulos do Tesouro Direto teve todos os ingredientes possíveis à disposição nos últimos dias: mudança da meta fiscal, queda mais cautelosa da Taxa Selic e Banco Central (BC) dividido no Brasil, além de **inflação** persistente, mercado de trabalho forte e adiamento do início do ciclo de corte dos juros nos Estados Unidos. Como resultado, os retornos oferecidos por esses papéis dispararam, voltando para níveis de um ano atrás.

Esse avanço das taxas ganhou novos contornos na semana passada, após o Comitê de Política Monetária (Co-pom), do BC, decidir desacelerar o corte da taxa básica de juros, de 0,5 ponto percentual para 0,25 ponto, levando a Selic para 10,5% ao ano. Mas não foi exatamente a magnitude da redução que preocupou os agentes.

JUROS DE 12% AO ANO

Não passou despercebido pelo mercado o racha entre os integrantes do comitê na última reunião. A ala de novos diretores, indicados pelo governo Lula, votou por manter o corte em 0,5 ponto, como sinalizado na reunião anterior. A leitura foi que o Copom pode ser mais sensível a pressões políticas nos próximos anos, já que o principal nome para assumir a presidência do BC em 2025, Gabriel Galípolo, foi a favor de um corte maior.

Os integrantes remanescentes, aos quais se juntou o presidente do BC, Roberto Campos Neto, que deu o voto de minerva, decidiram pisar no freio e cortar 0,25 ponto. O que já era esperado entre os investidores, que "juntaram as pecinhas" diante das declarações menos otimistas de Campos Neto dias antes do Copom.

A percepção de juros altos por mais tempo e a ideia de um BC que dê ouvidos à política a partir de 2025 foram o suficiente para que papéis pós e prefixados disparassem no dia seguinte à reunião, chegando a oferecer retornos considerados atrativos por analistas do mercado.

Em termos práticos, o título Tesouro IPCA + com prazo em 2035 chegou a oferecer a **inflação** do período mais um retorno acima de 6,3%, taxa vista

pela última vez em março do ano passado. No Tesouro Prefixado, os juros se aproximavam dos 12% ao ano - nada mal, considerando o patamar da Selic hoje.

A notícia é boa para quem estava aguardando uma oportunidade de comprar títulos públicos a retornos atrativos. Mas, para quem já tinha esses títulos a taxas menores, foram dias de perdas - em caso de retirada antes do prazo contratado.

Isto porque as taxas e preços dos títulos são inversamente proporcionais. O que significa dizer que, tanto nos papéis prefixados quanto naqueles indexados ao IPCA, quanto maior a taxa, menor o preço, e vice-versa. Quando as taxas sobem, portanto, apesar de ser interessante para quem vai investir -já que assegura rentabilidade maior se mantiver a aplicação até o vencimento - o valor de mercado dos papéis

diminui, o que implica perda temporária para quem já tem os títulos na carteira.

Vale lembrar que a alteração na meta fiscal de 2025, anunciada pelo Ministério da Fazenda no mês passado, trocando um superávit por déficit zero, também contribuiu para a disparada dos títulos do Tesouro.

O anúncio abriu margem para a interpretação de que a responsabilidade com as contas públicas não é tão sólida quanto o mercado espera. Essa imagem de "governo gastador" faz com que os investidores percam a confiança no Brasil, o que acaba puxando para cima as taxas que o Tesouro Nacional precisa oferecer para atrair novos poupadores.

Com os rumos da economia brasileira incertos e sem previsão de quando os juros nos EUA cairão - já se fala que pode nem ser este ano -, os títulos públicos americanos também ficaram mais atraentes. E se a economia mais segura e estável do mundo tem renda fixa pagando bem, os investidores não pensam duas vezes antes de retirar o capital alocado em países emergentes, como o Brasil.

CARTEIRA DIVERSIFICADA

Mesmo assim, os especialistas em renda fixa ainda

veem espaço para lucro.

-Apesar do ciclo de queda, o patamar atual da Selic ainda proporciona uma boa relação risco x retorno para os pós-fixados, já que não sofrem com a marcação a mercado e são positivamente impactados pelo alto nível da taxa básica de juros, que se mantém acima de dois dígitos - explica o especialista em Renda Fixa da Suno Research, Vinicius Romano.

A "marcação a mercado" citada pelo analista nada mais é que a oscilação dos títulos, para cima ou para baixo, junto com os preços com os quais estão sendo negociados naquele momento. Mas isso só afeta quem resgata o investimento antes do fim do prazo combinado com o governo. Se levar o título até seu vencimento, o retorno acordado na ocasião da compra está garantido.

-No caso dos papéis indexados à **inflação** (Tesouro IPCA+), os títulos com vencimentos no médio e longo prazo ainda são interessantes aos investidores, com um juro real (descontada a **inflação**) próximo de 6,15% ao ano, sem grandes riscos. Já para os prefixados, nossa visão é que ainda existem boas opções, mas com prazo um pouco mais curto, de aproximadamente três anos -diz Romano.

A recomendação unânime entre especialistas é manter a carteira diversificada, o que melhor protege o investidor de todos os cenários. Justamente nestes momentos de queda, ainda que mais lenta, dos juros, a volatilidade acaba sendo positiva para quem entrou em taxas mais altas do Tesouro Prefixado e IPCA. O ponto de atenção nestes momentos é a oscilação das taxas.

O Tesouro Selic ajuda a controlar a volatilidade da carteira e é amplamente indicado para a reserva de emergência, enquanto os papéis atrelados à **inflação** protegem do aumento de preços e garantem o poder de comprado investidor. Já os prefixados não trazem surpresas quanto ao retorno.

"O patamar atual da Selic ainda proporciona uma boa relação risco x retorno para os pós-fixados" Vinicius Romano, especialista em Renda Fixa da Suno Research

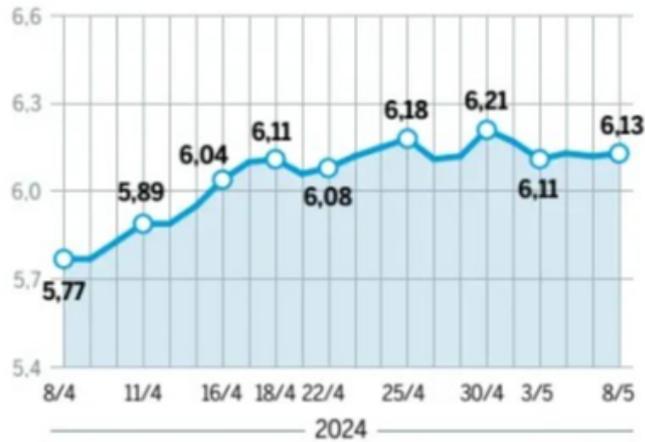
Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

VALORIZAÇÃO DE PAPÉIS

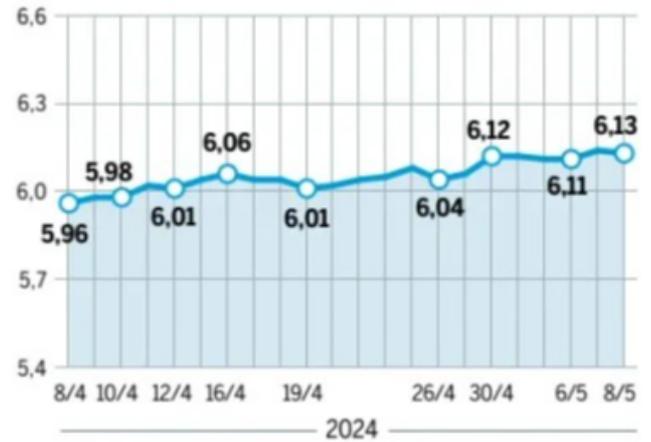
TRAJETÓRIA DOS TESOuros IPCA+ 2029 E 2045 (EM %)

Nos últimos 30 dias, taxas aumentaram, influenciadas pelo fiscal e no Brasil e exterior

VENCIMENTO EM 2029



VENCIMENTO EM 2045



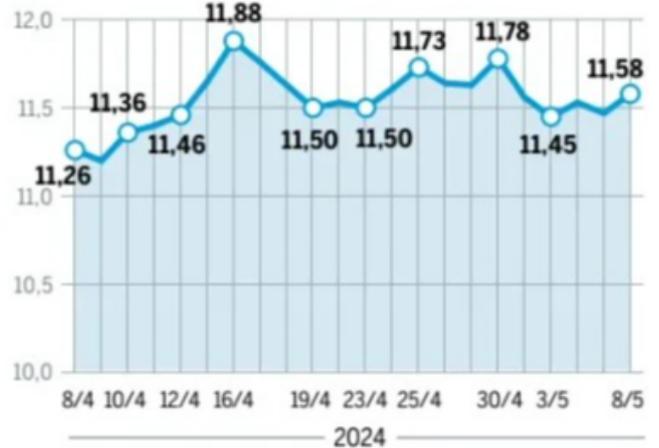
TRAJETÓRIA DOS TESOuros PREFIXADOS 2027 E 2031 (EM%)

Juros de títulos de longo prazo voltaram a se aproximar dos 12% no último mês

VENCIMENTO EM 2027



VENCIMENTO EM 2031



Fonte: Tesouro Nacional

EDITORIA DE ARTE

Economistas destacam valor de fiscal saudável



Sérgio Vale: é importante ter a política fiscal ajustada em épocas de normalidade

Estevão Taiar e Gabriela Pereira

Catástrofes como a do Rio Grande do Sul reforçam ainda mais a importância de uma política fiscal sustentável no médio e longo prazos para o setor público. A ideia, segundo economistas, é que contas públicas equilibradas permitem a expansão de gastos justamente em momentos como o atual - seja essa expansão usada para operações de Defesa Civil, reforçar programas sociais ou reativar a economia.

"O uso correto da política fiscal é para momentos de crise, não para estimular o crescimento o tempo inteiro", diz Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. "É sempre importante em épocas de normalidade que a política fiscal esteja muito bem ajustada."

Como mostrou o Valor, a equipe econômica do governo federal trabalhava na sexta-feira com três possíveis desenhos para implantar o Auxílio Emergencial direcionado para famílias do Rio Grande do Sul. A implantação do programa foi uma determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que pretende anunciar a medida nos próximos dias.

A elaboração vinha, no entanto, esbarrando em restrições fiscais. De acordo com uma fonte, técnicos da equipe econômica estavam "quebrando a cabeça"

para encontrar uma solução, dadas as limitações das contas públicas.

Para 2024, a meta de resultado primário para o governo federal é de déficit zero, com intervalo de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) para mais ou para menos. O intervalo de 0,25 ponto equivale a algo entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento projetam atualmente déficit de R\$ 9,3 bilhões, o equivalente 0,1% do **PIB**. Já a estimativa mediana do mercado, segundo a edição mais recente do Boletim Focus, é de resultado negativo de 0,67% do **PIB**. Ou seja: fora do intervalo de tolerância.

Na quinta-feira, o governo federal também anunciou medidas de apoio a famílias e empresas do Rio Grande do Sul, com potencial de injetar R\$ 50,9 bilhões na economia gaúcha. As medidas terão impacto negativo sobre o resultado primário do governo central de aproximadamente R\$ 7,7 bilhões, seguindo as regras que o decreto de calamidade e o arcabouço fiscal estabeleceram para as contas públicas da União. Assim, os R\$ 7,7 bilhões serão excluídos tanto da meta de resultado primário quanto do limite de gastos estabelecido pelo arcabouço.

"Isso [gastos] coloca um peso a mais em uma situação já muito complicada, de déficit e dívida elevada", afirma Vale. "Se o resultado primário estivesse mais forte, a gente poderia usar espaço fiscal sem causar maiores celeumas."

A dívida bruta do governo geral (DBGG), considerada por diversos economistas o principal indicador do endividamento público, alcançou 75,7% do **PIB** em abril, segundo o Banco Central. O número é não apenas o mais elevado em dois anos como também está acima da média dos países emergentes. Mais grave ainda é que a trajetória prevista para os próximos anos é de alta. A Secretaria do Tesouro Nacional calcula que a DBGG só cairá depois de 2027, quando atingirá pico de 79,7%, sempre em relação ao **PIB**. Já a estimativa mediana de instituições financeiras, gestoras e consultorias para 2027 é que o indicador alcançará 84%, conforme divulgado em março pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Além das contas públicas federais, as estaduais em muitos casos, incluindo o do Rio Grande do Sul, estão em situação difícil. O alerta é feito pelo cofundador e presidente do conselho da consultoria 4intelligence e doutor em teoria econômica pela USP, Juan Jensen. O Rio Grande do Sul é um dos Estados que se encontram no Regime de Recuperação Fiscal da União. "O fato de os governos gaúcho e brasileiro serem altamente endividados limita a capacidade de o setor público ajudar em problemas como o que estamos vivendo", diz.

Economista-chefe da Reag Investimentos, Marcelo Fonseca destaca também que a tendência é que a necessidade de recursos públicos seja cada vez maior, à medida que as mudanças climáticas ficam mais evidentes. "Quando você perde a mão na qualidade do gasto, a vítima é o investimento em infraestrutura, e daqui para a frente haverá cada vez mais eventos climáticos que deixarão prejuízos importantes."

Fabio Giambiagi, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), defende que o governo federal adote a partir de 2027 um novo modelo para as contas públicas. Nesse caso, seria estabelecido um teto que permitiria crescimento real das despesas primárias, que excluem juros com a dívida pública, de 1% a "no máximo" 2% ao ano. Esse crescimento variaria de acordo com uma trajetória para a dívida pública, estabelecida no segundo ano de governo para os quatro anos seguintes. Fora desse teto ficariam "única e exclusivamente créditos extraordinários", como os necessários para prevenção e combate às catástrofes climáticas.

"Ninguém nega a importância de uma tragédia dessas", diz ele, referindo-se às enchentes no Rio Grande do Sul.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187871?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187871?page=1§ion=1)**

Perdas bilionárias e mais inflação com a tragédia no Sul (Editorial)

As enchentes destruíram grande parte dos centros de produção agrícola e industrial do Rio Grande do Sul. Além das mortes e das dezenas de milhares de desabrigados (a face mais dolorosa da tragédia), as perdas materiais serão enormes. É difícil estimá-las hoje, quando o exasperante escoar das águas dos rios do Estado não permite avaliação objetiva dos danos incorridos. Pela dimensão da tragédia, cálculos preliminares indicam que a conta será alta. Na estimativa do governo, R\$ 50 bilhões. Na de consultores privados, entre o dobro e o triplo disso. A **inflação**, que reluta em voltar para a meta, deve ter algum acréscimo, possivelmente temporário, pela perda de safras, em especial arroz e soja, e da falta de mobilidade para abastecer granjas e frigoríficos. A economia brasileira, para a qual se estimava crescimento de 2%, deve perder parte de seu fôlego, com a destruição extensa do estoque de capital provocada pelas enchentes.

As estimativas, por enquanto, partem de premissas que se baseiam em exemplos análogos de eventos extremos. A gestora G5 Partners foi buscar estudos de prejuízos provocados por eles ao redor do mundo, como os do furacão Katrina, que destruiu a orla litorânea do sul dos Estados Unidos, com graves consequências para Nova Orleans. A média do custo fiscal de 29 eventos climáticos foi de 1,6% do **PIB**. Com base nisto, e algumas adaptações, foi estimado um encolhimento do **PIB** gaúcho, de R\$ 600 bilhões, de 10,5 pontos percentuais no segundo trimestre em relação ao primeiro. Isso seria o suficiente para diminuir a projeção de crescimento da economia brasileira de 2,1% para 1,8%.

Quarto Estado mais rico, o Rio Grande do Sul participa com 12,6% da produção agrícola nacional, fatia superior ao dos 8,5% de parcela de sua indústria na manufatura do país. Calcula-se que a indústria se recuperará com mais facilidade que a agricultura. O time econômico do Bradesco estima que 7,5% da produção de arroz do país e 2,2% da soja foram perdidos, supondo que não seja possível recuperar metade do que ainda não foi colhido no Estado, estimativa tida como conservadora pelos próprios autores. Somados aos danos na safra de trigo, que se iniciou, e nos abates de aves e suínos, aprofundariam a queda prevista para a agricultura do país de 3% para 3,5%. O agro gaúcho deveria crescer 18,9% no ano, estimava o economista-chefe do banco Pine, Cristiano

Oliveira. Com a catástrofe, a produção agrícola encolherá 25% no segundo trimestre em relação ao primeiro, com um resultado no ano de apenas 1,9%.

As estimativas para o crescimento brasileiro mais otimistas se situavam em pouco mais de 2%, antes das tempestades no Rio Grande do Sul. Depois delas, o **PIB** pode ainda atingir tal marca, mas a capacidade de surpresas para cima se desfez. Consultorias e gestoras estimam que o drama gaúcho retirará de 0,2 a 0,3 ponto percentual do **PIB** nacional.

A pressão sobre os preços dos alimentos, decorrentes da quebra no Sul, tornará mais difícil a redução da **inflação** neste ano. Há quem preveja um aumento do **IPCA** de 3,8% para 4%. "É um choque de oferta clássico, menos **PIB** e mais **inflação**", disse ao Valor Fernando Genta, economista-chefe da Wealth High Governance. Outras consultorias avaliam impacto parecido, puxado pela alimentação no domicílio, que subiria de 3,8% para até 4,5%, com maior impacto advindo da variação de preços do arroz.

A catástrofe no Sul tornou mais difícil o crescimento e o combate à **inflação**, com perdas bilionárias que poderiam ser mitigadas caso houvesse ações preventivas sérias, constantes e planejadas. O contraste entre o valor da destruição e o dinheiro gasto na gestão de riscos e desastres naturais é um retrato de catástrofes antecipadas. O governo atual reservou 0,03% do **PIB**, ou R\$ 2,5 bilhões, para tal fim em 2024. As verbas até aumentaram. O dinheiro utilizado nos governos anteriores foi até mesmo menor que o orçado, e nunca ultrapassou 0,02% do **PIB** (Valor, 10 de maio).

Incentivados por uma formidável corrente de solidariedade nacional com as vítimas da tragédia, o governo federal e o Congresso tomaram medidas de apoio importantes, cujo montante previsto é de R\$50 bilhões. O risco nessas situações é que, a pretexto da catástrofe, se liberem verbas escassas para outros fins. Algumas tentativas nesse sentido prosperaram. O Congresso aprovou mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), dando prioridade a emendas destinadas a todos os municípios em estado de calamidade ou de emergência em saúde pública - 605 cidades em dez Estados. Há proposta de perdão de dívida para pequenos agricultores fora do RS que perderam safras e propostas para estender a outros

Estados com finanças em desordem um acordo que está sendo costurado para que o Rio Grande do Sul adie o pagamento da dívida federal.

O governo não definiu de que forma prestará auxílio direto a quem perdeu casa, emprego e todos seus bens. Entre as alternativas está um novo auxílio emergencial que, instituído durante a pandemia, distribuiu parte dos recursos a quem necessitava. Manter o foco nas agora enormes carências dos gaúchos é uma tarefa da qual o governo não pode se desviar.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187871?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187871?page=1§ion=1)**